

Ex-administrador do HDES põe em causa opção do hospital modular e diz que foi afastado pelas divergências com governo

O ex-administrador do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, António Vasco Viveiros, criticou a opção do Governo dos Açores pela construção de um hospital modular, defendendo, em alternativa, a recuperação daquela unidade de saúde

“Como era possível recuperar o hospital, e nós tínhamos consciência disso, é evidente que sempre tive dúvidas técnicas relativamente à opção do modular”, explicou o ex-administrador, durante uma audição parlamentar, a pedido da bancada do PS, na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa dos Açores, reunida em Ponta Delgada.

António Vasco Viveiros, que já foi deputado ao parlamento açoriano, eleito pelas listas do PSD, foi nomeado pelo executivo de coligação para vogal do Conselho de Administração do HDES, dias após o incêndio de 4 de Maio de 2024, que destruiu, parcialmente, a maior unidade de saúde do arquipélago, mas acabou afastado do cargo em Dezembro.

Na sua opinião, a opção pela construção de um hospital modular, de carácter provisório, onde o Governo já terá investido cerca de 30 milhões de euros, provocou “divergências” entre os elementos do Conselho de Administração, e apenas a direcção clínica é que terá concordado com essa solução.

Opção foi da Direcção Clínica e assumida pela tutela

“A opção foi decidida e proposta pela direcção clínica, foi assumida pela tutela, e não foi um processo que tenha sido agendado para qualquer reunião do Conselho de Administração”, recordou o ex-administrador, admitindo que a presidente do Conselho de Administração, na altura, também tinha “muitas dúvidas” em relação ao hospital modular.

Para Vasco Viveiros, o executivo açoriano deveria ter investido na recuperação das áreas afetadas pelo incêndio, de forma a permitir a reabertura da atividade hospitalar no mais curto espaço de tempo, para evitar que os utentes do Serviço Regional de Saúde fossem penalizados.

“Devido a esse período de inatividade do hospital, para muitas centenas ou milhares de doentes perde-se a janela de oportunidade para o seu tratamento. E isso é uma situação grave”, alertou o ex-administrador, acrescentando que “a primeira prioridade” da tutela deveria ter sido “repor a atividade” hospitalar, “para que os doentes não tivessem um intervalo tão grande sem tratamento”.

Vasco Viveiros admitiu agora que terão sido estas suas críticas às opções do Governo do seu partido que



terão levado a que tivesse sido “afastado” deste processo e das funções que exercia no HDES, mas fez questão de explicar que as suas divergências são de carácter técnico e não político.

O Governo dos Açores nomeou, entretanto, uma nova presidente do Conselho de Administração do HDES, Paula Macedo, que foi uma das grandes defensoras da aquisição de um hospital modular, embora tenha reconhecido que essa escolha, provocou “alguma tensão no seio da Administração”.

A nova presidente do Hospital de Ponta Delgada anunciou que a nova administração está a preparar um “plano funcional” para o HDES, para os próximos 25 anos, que contempla a realização de obras estruturais no edifício danificado pelas chamas, mas também um reforço dos recursos humanos, que continua a ser um dos principais problemas daquela unidade de saúde.

Bloco de Esquerda diz que é grave

Sobre esta audição o Bloco de esquerda já reagiu, dizendo que a opção do governo pelo hospital modular, “que ignorou e contrariou relatórios técnicos que apontavam para a rápida reabilitação do edifício principal como a solução mais rápida, foi errada e está a ter impactos muito graves porque está a pôr em causa a saúde de milhares de açorianos”.

O Bloco considera que os factos conhecidos ontem na audição “são muito graves e colocam em causa as decisões do governo regional e do conselho de administração do HDES em relação à opção pela instalação do hospital modular”.

“As declarações do ex-administrador do HDES, que foi afastado do processo relacionado com o hospital modular – tal como a anterior presidente do conselho de administração – por discordar da opção, são muito claras: os relatórios dos serviços de engenharia demonstraram que seria possível abrir todos os serviços do HDES, incluindo urgência e blocos operatórios, no mês de agosto de 2024, nas mesmas condições que havia antes do incêndio”, acrescenta o BE.

“Vendeu-se a ideia de que o hospital modular seria mais rápido do que reabilitar o HDES”, afirmou o ex-administrador, que também foi deputado do PSD no parlamento dos Açores, cita o BE.

“Mas os relatórios dos serviços técnicos indicavam o contrário e foi o que se veio a confirmar, porque “em agosto ficou concluída a reposição das condições do HDES antes do incêndio”, diz ainda o BE.

Para o BE, “entre as muitas revelações feitas hoje pelo ex-administrador do HDES, salienta-se, por exemplo, a informação de que os resultados das medições da qualidade do ar nas seis salas do bloco operatório, após reparação por empresa especializada, no mês de agosto, mostram que a qualidade do ar estava melhor do que antes do incêndio”.

O Bloco considera “muito grave que, perante esta informação técnica, se tenha optado por manter o bloco operatório encerrado, justificando com a falta de qualidade do ar, quando na verdade, este parâmetro estava melhor do que quando a sala estava em plena utilização, antes do incêndio”.

“Esta decisão reduziu imenso a capacidade de realizar cirurgias, deixando muitos utentes sem a possibilidade de obter tratamentos atempados”, sublinha o BE.

“António Vasco Viveiros deixou também críticas ao processo de escolha da empresa que construiu o hospital modular, considerando que teria sido mais vantajoso haver uma consulta ao mercado para escolher o hospital modular e os equipamentos a instalar”, acrescenta o BE.

“Também em relação ao plano funcional para o que será o futuro hospital, o ex-vogal do Conselho de Administração do HDES criticou o facto de ter sido elaborado à pressa e de forma não participada, o que pode trazer grandes problemas no futuro”, conclui o BE.

PS pede demissão de Mónica Seidi

O PS, através da voz do deputado Carlos Silva, pediu ontem a demissão da Secretária Regional de Saúde,

Mónica Seidi, a propósito deste processo, após as declarações de António Vasco Viveiros.

Para o PS, este processo tem sido mal conduzido, afectando todo o sector.

Por sua vez, o Conselho de Administração do HDES já fez saber que vai analisar as declarações do ex-administrador para depois tomar uma posição.

PSD defende hospital modular

A deputada do PSD/Açores Délia Melo afirmou ontem que existiu um “consenso alargado” entre os profissionais de saúde para a instalação da estrutura do hospital modular do Hospital Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, na sequência do incêndio de 4 de maio de 2024.

“A opção pelo hospital modular foi uma decisão técnica e não política. O Governo dos Açores avançou para esta solução com base na auscultação da direcção clínica do HDES, das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, da Comissão de Catástrofe do HDES e de uma equipa de engenheiros dos Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Houve um consenso alargado nesta matéria”, afirmou.

A vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata, que falava à margem de uma reunião da Comissão dos Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa dos Açores, salientou que o hospital modular é a “solução acertada para a maioria dos especialistas” no momento atual do HDES, mesmo que “uma minoria tenha opinião diferente”.

“O PSD/Açores respeita as correntes minoritárias de opinião que têm um entendimento diferente, mas a realidade demonstra que o hospital modular é, desde a primeira hora, a solução acertada tecnicamente, pois minimizou os danos colaterais que poderiam ter surgido com a dispersão dos diversos serviços de saúde pela ilha de São Miguel”, frisou.

“O Governo dos Açores, através da Secretária Regional de Saúde e Segurança Social, tomou todas as medidas necessárias à retoma da atividade do HDES, assegurando a prestação de cuidados de saúde em total segurança, não só para os utentes, bem como para os profissionais de saúde e colaboradores”.

Délia Melo lamentou, ainda, “o populismo e alarmismo com que o PS tem atuado nas questões relacionadas com o HDES, não resistindo a fazer politiquice com a Saúde dos açorianos”.

“O PS/Açores continua a ser incapaz de apresentar propostas para o Serviço Regional de Saúde, pois prefere utilizar esta matéria como arma de arremesso político”, concluiu.